



Departamento de Gestão e Valorização Territorial

(Procedimento de **CONCURSO PÚBLICO**, nos termos dos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual e doravante designado como CCP)

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

Procedimento n.º. CP 10/2024

dezembro de 24

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

ÍNDICE

SECÇÃO I Disposições gerais.....	4
1. Objeto do concurso	4
2. Identificação do concurso.....	4
3. Identificação da entidade adjudicante	4
4. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
5. Tipo do contrato	4
7. Consulta do processo	5
8. Órgão competente para prestar esclarecimentos	5
9. Esclarecimentos, retificações e alterações das peças procedimentais.....	5
10. Erros e omissões	6
11. Concorrentes	6
SECÇÃO II Propostas	7
12. Forma da proposta.....	7
13. Documentos da proposta	7
14. Propostas variantes	9
15. Negociação das propostas	9
16. Prazo e apresentação de propostas	9
17. Prazo de obrigação de manutenção das propostas	9
18. Retirada da proposta	9
19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	9
20. Concorrentes não incluídos na lista.....	10
21. Critério de adjudicação.....	10
SECÇÃO III Análise de Propostas.....	10
22. Análise de propostas	10
23. Esclarecimentos sobre as propostas.....	11
24. Relatório preliminar	11
25. Audiência prévia.....	11
26. Relatório final	11
SECÇÃO IV Adjudicação	12

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

27.	Notificação da decisão de adjudicação.....	12
28.	Causas de não adjudicação	13
SECÇÃO V Habilitação		13
29.	Documentos de habilitação.....	13
30.	Modo de apresentação dos documentos de habilitação	15
SECÇÃO VI Caução		16
31.	Caução para garantir o cumprimento de obrigações	16
32.	Modo de prestação	17
33.	Não prestação de caução.....	18
SECÇÃO VII Celebração do Contrato		18
34.	Aceitação da minuta do contrato	18
35.	Reclamações contra a minuta	18
36.	Celebração de contrato escrito	18
SECÇÃO VIII Disposições finais		19
37.	Legislação aplicável	19
38.	Apoio técnico referente à plataforma eletrónica	19
39.	Anexos.....	20
Anexo I.....		21
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP]		21
Anexo II.....		23
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]		23
Anexo III.....		24
Modelo de Proposta de Preço		24
Anexo IV		25
Modelo de Garantia Bancária ou Seguro Caução.....		25
Anexo V		26
Guia de Depósito.....		26
Anexo VI		27
Declaração de Compromisso conforme artigo 11º do DL nº 273/2003, de 29 de outubro 27		
Anexo VII		28
Modelo de Declaração ACT / Comunicação prévia de abertura de estaleiro		28

ANEXO VIII	31
------------------	----

SECÇÃO I Disposições gerais

1. Objeto do concurso

O presente procedimento tem por objeto a realização da empreitada designada por “**Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado**”.

2. Identificação do concurso

O presente programa do concurso diz respeito à empreitada acima identificada, cujo procedimento adotado é o Concurso Público, sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, CCP.

3. Identificação da entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Moita com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, Pessoa Coletiva n.º 506791220, com os seguintes contactos: telefone: 212 806 700 e endereço eletrónico: dep.gesvt@mail.cm-moita.pt.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada em 27/11/2024, exarada na Proposta nº 260/XIII/2024, nos termos da legislação em vigor.

5. Tipo do contrato

5.1 Contrato de Empreitadas de Obras Públicas;

5.2 O alvará de empreiteiro de obras públicas, emitido ao abrigo da Lei nº 41/2015, de 3 de junho, alterada pela Lei nº 25/2018, de 14 de junho, para a presente empreitada que contenha a 6ª subcategoria da 2ª categoria de classe correspondente ao valor total da proposta e ainda:

- A 1ª subcategoria da 2ª categoria com a classe correspondente ao valor dos trabalhos a que respeitam

6. Fundamento da escolha do procedimento

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

A escolha do procedimento de Concurso Público tem como fundamento o critério do valor, ou seja, o valor do contrato ser inferior ao estabelecido na alínea b) do artigo 19.º do CCP, que permite a celebração de contratos de valor inferior a 5.538.000,00€, conforme alínea a) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP.

7. Consulta do processo

Todas as peças do procedimento são disponibilizadas através da plataforma eletrónica utilizada por este município através do endereço <https://www.acingov.pt> mediante pedido dos interessados previamente registados na mesma plataforma.

8. Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão com competência para prestar esclarecimentos, no âmbito do artigo 50.º do CCP, é o júri do procedimento, designado nos termos do artigo 67.º do CCP por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária realizada a 27/11/2024.

9. Esclarecimentos, retificações e alterações das peças procedimentais

- 9.1 Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a apresentação de listas na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados devem ser apresentadas, por escrito, via plataforma eletrónica, (www.saphetygov.com), dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 9.2 Os esclarecimentos solicitados no âmbito do número anterior serão prestados pelo júri do procedimento por escrito até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária realizada a 27/11/2024.
- 9.3 A pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelos interessados serão prestados pelo órgão competente para autorizar a despesa, também por escrito e via plataforma eletrónica, até ao final do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 9.4 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica pela entidade adjudicante e devem ser juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo que todas as entidades que as tenham solicitado serão de imediato notificadas desse facto.

9.5 Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

10. Erros e omissões

10.1 São erros e omissões do Caderno de Encargos:

- a) Os que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis;
- b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

11. Concorrentes

- 11.1 É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento de formação do contrato mediante a apresentação de uma proposta.
- 11.2 Podem ser concorrentes ou integrar agrupamentos as entidades, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
- 11.3 Em complemento ao previsto nos números anteriores só podem ser admitidos a concurso os titulares de alvará de construção de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.
- 11.4 É permitida a apresentação de propostas a agrupamento de pessoas singulares ou coletivos, nos termos do artigo 54.º do CCP.
- 11.5 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
- 11.6 Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

SECÇÃO II Propostas

12. Forma da proposta

12.1 A proposta de preço será elaborada em conformidade com o Anexo III ao presente programa do concurso, será redigida em língua portuguesa e será assinada digitalmente pelo concorrente ou seu representante legal, desde que este tenha poderes suficientes para o obrigar, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4 do artigo 57.º do CCP.

13. Documentos da proposta

13.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos conforme estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 57.º elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP e do presente programa do concurso. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar
- b) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o Anexo I deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- c) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas;
- d) Proposta de preço com indicação do valor total, conforme modelo do Anexo III ao presente programa do concurso;
- e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, com referência às metodologias a utilizar na execução dos trabalhos e todos os elementos e relações de sequencialidade. Deverá ainda referir aspetos relacionados com o cumprimento das normas de higiene, saúde e segurança, bem como as ações de prevenção e gestão das normas de construção e demolição;
- f) Plano de trabalhos que, com respeito pelo prazo de execução da obra, fixa a sequência de cada uma das espécies de trabalhos previstas e especifica os meios com que o empreiteiro se propõe executá-los, o qual, necessariamente, deve conter:
 - i) Plano de trabalhos;
 - ii) Plano de mão-de-obra;

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

iii) Plano de equipamentos.

g) Um plano de pagamentos/cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos.

Todos os preços previstos na proposta não incluem o imposto sobre o valor acrescentado;

h) Declaração do concorrente assumindo a entrega do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra no cumprimento da legislação em vigor, conforme modelo do Anexo VI ao presente programa do concurso.

13.2 Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP do qual não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no caderno de encargos

13.3 No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

13.4 Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto. Poderá ser junto à proposta a certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.

13.5 Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

13.6 Todos os preços previstos na proposta não incluem o imposto sobre o valor acrescentado;

13.7 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

14. Propostas variantes

14.1 Não são admitidas propostas variantes;

15. Negociação das propostas

As propostas não serão objeto de negociação.

16. Prazo e apresentação de propostas

16.1 As peças do procedimento serão disponibilizadas na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, a partir da data da publicação do anúncio.

16.2 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

17. Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 180 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

18. Retirada da proposta

18.1 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.

18.2 O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo.

19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

19.1 O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pelo Município da Moita, procedendo-se à abertura eletrónica das propostas apresentadas pela mesma via;

19.2 Aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida, de todas as propostas apresentadas.

20. Concorrentes não incluídos na lista

O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

21. Critério de adjudicação

21.1 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade monofator, cujo fator de avaliação é o preço correspondente ao único aspeto da execução do contrato a celebrar, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

21.2 21.2. Será adjudicada a proposta que apresente a proposta de preço mais baixo, de entre as propostas apresentadas pelos concorrentes. Os arredondamentos serão feitos até à segunda casa decimal.

21.3 Em caso de igualdade de pontuação global das propostas o desempate será em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva, à proposta que apresente:

- a) O menor preço global composto;
- b) O menor valor do somatório de todos os subartigos que integram o Capítulo 2 - “Movimento de Terras”;
- c) O menor valor do somatório de todos os subartigos que integram os Capítulos 5 + 6 - “Tubagem” + “Caixa de Visita”.

SECÇÃO III Análise de Propostas

22. Análise de propostas

22.1 São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.

22.2 Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente programa do concurso, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

23. Esclarecimentos sobre as propostas

- 23.1 O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 23.2 Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
- 23.3 Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pelo Município da Moita, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

24. Relatório preliminar

- 24.1 Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação definido no ponto 21. do presente Programa do Concurso, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas;
- 24.2 No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 24.3 Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes de acordo com a ponto anterior.

25. Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

26. Relatório final

- 26.1 Cumprido o prazo de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório

preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

26.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

26.3 O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

26.4 Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV Adjudicação

27. Notificação da decisão de adjudicação

27.1 O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação;

27.2 Os concorrentes devem ser notificados da decisão de adjudicação até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas;

27.3 Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida;

27.4 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes;

27.5 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Concurso;
- b) Prestar caução, nos termos do disposto no presente Programa do Concurso, indicando expressamente o seu valor;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato;

27.6 As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

28. Causas de não adjudicação

28.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

28.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

28.3 No caso da alínea c) do ponto 28.1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

28.4 Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do ponto 28.1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

28.5 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

SECÇÃO V Habilitação

29. Documentos de habilitação

29.1 O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:

- a) Declaração de que não se encontra em situação de impedimento, conforme estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, elaborada conforme modelo constante do Anexo II do CCP e Anexo II do presente programa de concurso;

- b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do n.º 1 da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do n.º 1 da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- e) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da sociedade e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- f) Documento comprovativo da titularidade de alvará de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), que contenha as categorias e subcategorias de obras e trabalhos de empreitadas de obras públicas indicadas no ponto 5.2;
- g) Declaração que mencione o valor dos trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias contidas nos alvarás de construção ou declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.);
- h) e) Declaração relativa a trabalhadores imigrantes, nos termos do modelo constante do Anexo VIII deste Programa de Procedimento, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso;
- i) Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou a certificação de que o adjudicatário se enquadra na exceção prevista no n.º 9 do Art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), ou seja, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
- j) O concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve anexar à proposta as declarações de compromisso dos subempreiteiros possuidores das autorizações

respetivas, através das quais estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

29.2 O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes elementos/documentos:

- a) Seguro de responsabilidade civil válido, de acordo com o exigido no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho;
- b) Curriculum do diretor de obra, devidamente documentado, nos termos exigidos no caderno de encargos;
- c) Indicação do número do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e do número de Contribuinte e residência de quem outorga o contrato;
- d) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal;

29.3 No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número 29.1 desta cláusula.

29.4 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

29.5 Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.

29.6 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro

29.7 O adjudicatário deve ainda entregar, no ato da consignação, os elementos informativos constantes do anexo VII, com vista a Comunicação Prévia de Abertura do Estaleiro à Autoridade para as Condições de Trabalho.

30. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

30.1 O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 artigo 81.º do CCP e no artigo 3.º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, através da plataforma eletrónica com o endereço www.saphety.com;

- 30.2 Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 30.3 Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação;
- 30.4 O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no ponto 30.1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 81.º do CCP.

SECÇÃO VI Caução

31. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

- 31.1 Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA;
- 31.2 A caução referida no número anterior deve ser prestada mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV ou por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do Anexo V;
- 31.3 O adjudicatário deve prestar caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- 31.4 A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

32. Modo de prestação

- 32.1 A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário;
- 32.2 O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se em Portugal, numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal da Moita, devendo ser especificado o fim a que se destina, mediante guia preenchida pelo adjudicatário em conformidade com o modelo indicado no anexo V do presente Programa do Concurso;
- 32.3 Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média;
- 32.4 Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento, elaborado em conformidade com o modelo indicado no anexo IV ao presente Programa do Concurso, pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita;
- 32.5 Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice, elaborada em conformidade com o modelo indicado no Anexo IV ao presente Programa do Concurso, pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita;
- 32.6 Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio;
- 32.7 Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

33. Não prestação de caução

33.1 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida;

33.2 No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII Celebração do Contrato

34. Aceitação da minuta do contrato

O adjudicatário é notificado da minuta do contrato, e se houver lugar dos ajustamentos propostos, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

35. Reclamações contra a minuta

35.1 São admissíveis as reclamações contra a minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;

35.2 No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação;

35.3 Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

36. Celebração de contrato escrito

36.1 O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução;

- 36.2 O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato ou no caso de assinatura por meios eletrónicos o prazo para outorga e remessa do contrato;
- 36.3 Se o adjudicatário não comparecer para a outorga do contrato, não remeter o contrato assinado eletronicamente ou no caso de ser um agrupamento os seus membros não se terem associado a adjudicação caduca e o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
- 36.4 Se o Município da Moita, por facto que lhe seja imputável, não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

SECÇÃO VIII Disposições finais

37. Legislação aplicável

- 37.1 Em tudo o que não for especificado, no presente Programa do Concurso, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP;
- 37.2 A tudo o que não esteja especialmente previsto no diploma referido aplica-se a legislação nacional e comunitária, designadamente o Código de Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

38. Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

- 38.1 Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço: <https://www.acingov.pt>.
- 38.2 Encontra-se disponível, no endereço referido no número anterior, um manual de utilização da plataforma eletrónica destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

39. Anexos

- 39.1 Anexo I CCP Modelo de declaração (artigo 57º)
- 39.2 Anexo II CCP Modelo de declaração (artigo 81º)
- 39.3 Anexo III Modelo de Proposta de Preço
- 39.4 Anexo IV Modelo de caução/garantia bancária/seguro caução
- 39.5 Anexo V Modelo de caução/depósito
- 39.6 Anexo VI Declaração de compromisso PSS para a execução da obra
- 39.7 Anexo VII Modelo de declaração ACT
- 39.8 Anexo VIII Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes

Anexo I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por concurso público “Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado” - CP 10.2024 e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Modelo de Proposta de Preço

F..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), depois de ter tomado conhecimento do concurso público nº 10/2024 – “Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado”, a que se refere o anúncio publicado no Diário da República nº — de — de — de 2024, obriga-se à execução da empreitada, em conformidade com as condições estabelecidas no programa de procedimento, no caderno de encargos e demais documentação, pelo preço global de.....€ (por extenso e por algarismos) que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra acrescerá o IVA à taxa de 6%, no valor de €—————

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ____/____/____

Assinatura: _____

(1) . Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária ou Seguro Caução

Garantia bancária/seguro caução (eliminar o que não interessar) n.º [...]

Em nome e a pedido de [...] (adjudicatário), vem o (a) [...] (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor do Município da Moita, uma garantia bancária/seguro caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de [...](por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do procedimento que visa a celebração de contrato de empreitada de (designação ou referência ao procedimento em causa).

A presente garantia corresponde ao valor de [...] (por algarismos e por extenso) e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica expressamente assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Local, data e assinatura]

Anexo V

Guia de Depósito

€: _____,--

1. Vai _____
residente (ou escritório) em _____ depositar na (sede, filial, agência
ou delegação) _____ da (o)¹ _____ a quantia
de (extenso) _____
em dinheiro, ou Representada por _____ como caução exigida para a
celebração do contrato de _____

2 Este depósito fica à ordem da Câmara Municipal da Moita a quem deve ser remetido o
respetivo conhecimento.

Data ____/____/____

Assinatura: _____

¹ Identificação completa de qual a instituição de crédito.

Anexo VI

Declaração de Compromisso conforme artigo 11º do DL nº 273/2003, de 29 de outubro

F..... com sede, titular do Alvará de Construção nºcontendo as autorizações dedepois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada no procedimento de “Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Bairro 1º de Maio, Penteado” a que se refere o Concurso Público nº10/2024, obriga-se ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde em projeto tendo em vista a execução da obra.

Obriga-se igualmente a entregar à Câmara Municipal o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte à receção da adjudicação da empreitada na plataforma.

Data ____/____/____

Assinatura: _____

Anexo VII

Modelo de Declaração ACT / Comunicação prévia de abertura de estaleiro

1 – DATA DA COMUNICAÇÃO: _____

2 – ESTALEIRO:

ENDEREÇO:

3 – NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 – DONO DA OBRA:

NOME:

ENDEREÇO:

5 – AUTOR (ES) DO PROJETO:

NOME:

ENDEREÇO:

6 – ENTIDADE EXECUTANTE:

NOME:

ENDEREÇO:

7 – FISCAL (IS) DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”

ENDEREÇO:

8 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJETO DO EMPREENDIMENTO

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

9 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

10 – DIRETOR TÉCNICO DA EMPREITADA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

11 – REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

PROGRAMA DO CONCURSO

“REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO BAIRRO 1º DE MAIO, PENTEADO”



Departamento de Gestão e Valorização Territorial

12 – DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO (A INDICAR PELO EMPREITEIRO)

INÍCIO: ____/____/____ DATA DE TERMO: ____/____/____

13 – CRITÉRIO DE ENVIO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

UM TOTAL DE 500 DIAS DE TRABALHO, CORRESPONDENTE AO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES.

14 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO: _____

15 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____

Nota: Poderão ser feitas as alterações e/ou atualizações posteriores que se desejarem por parte do Dono de Obra com a condicionante de atualizar a informação afixada no estaleiro e a informação veiculada à entidade fiscalizadora do trabalho.

ANEXO VIII

(Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes)

[•] (*firma, número de identificação fiscal, sede e capital social ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal, sedes e capital social de todos os seus membros*), representada pelo(s) senhor(es) [•] (*identificação dos representantes com poderes para o ato*), na qualidade de [•] (*identificação da qualidade em que representam o concorrente ou agrupamento concorrente*), adjudicatário no procedimento de [•] (*designação do procedimento*), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198º da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, na sua versão atual, cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos trabalhos do Contrato, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Local e Data _____